

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
PODER LEGISLATIVO
CNPJ – 01.625.921/0001-02
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Processo Administrativo: 0308001/2021.

Requerente: Presidente da Câmara Municipal

ASSUNTO: Emissão de parecer jurídico sobre a minuta do edital e seus anexos para efeito de cumprimento do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93. Constatação de regularidade.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços locação de veículo para uso exclusivo do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire - MA.

I – DO RELATÓRIO

O Presidente da Câmara encaminhou a Procuradoria desta Câmara, para análise e parecer, os autos do processo administrativo de licitação em epígrafe, sobre a minuta do edital e seus anexos, o qual versa sobre realização de Pregão Presencial objetivando o

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços locação de veículo para uso exclusivo do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire - MA.

É o que havia a relatar.

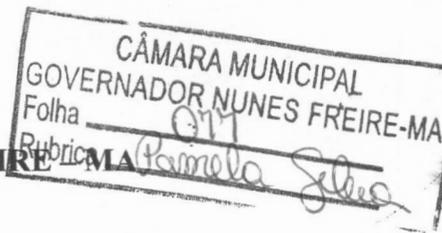
Passe-se a opinar.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

O art. 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93, assim dispõe sobre a obrigatoriedade no tocante a emissão de parecer jurídico sobre a minuta do edital, *in verbis*:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE
PODER LEGISLATIVO
CNPJ – 01.625.921/0001-02
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Art. 38 (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

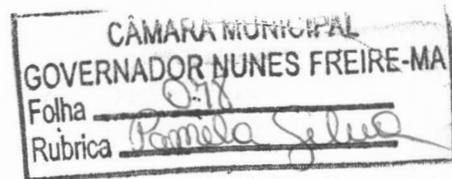
A princípio convém destacar que compete a esta Procuradoria, nos termos do art. 38 Parágrafo Único da Lei nº 8666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Consoante se infere dos autos, foi escolhida a Modalidade de Pregão Presencial, o qual se encontra disciplinado, no âmbito da Administração Pública, pela Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8666/93.

Quanto aos atos procedimentais da modalidade escolhida, o art. 3º da Lei 10.520/ 2002, define o que deve ser observado na fase preparatória, in verbis:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
PODER LEGISLATIVO
CNPJ – 01.625.921/0001-02
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

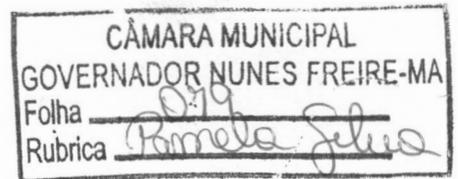
Atinente as considerações do art. 3º da Lei nº 10.520/2002, todas foram obedecidas.

Consoante demonstrado nos autos, observa-se que o Presidente da Câmara optou pela Modalidade de Pregão Presencial, o qual se encontra disciplinado, no âmbito da Administração Pública, pelo art. 11 da Lei 10.520/02 e art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Concernente a análise da minuta do edital e seus anexos, este atende na sua totalidade, ao disposto nos arts. 4º, III da Lei nº 10.520/2002 e art. 40 da Lei 8666/93.

Constam os anexos do edital, quais sejam:

ANEXO I - Modelo de Proposta;
ANEXO II - Termo de Referência;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
PODER LEGISLATIVO
CNPJ – 01.625.921/0001-02
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- ANEXO III - Minuta do Contrato;
- ANEXO IV - Modelo da Carta Credencial;
- ANEXO V - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- ANEXO VI - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP;
- ANEXO VII - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- ANEXO VIII - Modelo de declaração de Cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;
- ANEXO IX - Modelo do Termo de Recebimento Provisório;
- ANEXO X - Modelo do Termo de Recebimento Definitivo;

No tocante à minuta do contrato, esta observou os critérios relativos ao edital, os quais guardam consonância entre si, considerando que o mesmo obedeceu aos critérios contidos no art. 55 da Lei 8.666/93.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e seus ANEXOS E MINUTA DO CONTRATO sob exame, posto que todas atendem ao disposto constante nas leis especificadas neste pronunciamento jurídico.

À consideração de Vossa Senhoria

É o nosso parecer.

Governador Nunes Freire, MA, em 10 de setembro de 2021.

RENATO IGOR FREIRE DE ABREU PEREIRA
OAB/MA Nº 16.823
Procurador da Câmara Municipal